

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2024

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 6 de dezembro de 2024.

Sumário

Os dados dos rendimentos do trabalho do terceiro trimestre de 2024 apresentaram uma estabilidade em relação ao trimestre anterior, encerrando os contínuos aumentos da renda iniciados no segundo semestre de 2023. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 3,7%. Entretanto, estimativas mensais mostram novo crescimento do rendimento habitual médio real nos últimos três meses, tendo o valor médio alcançado R\$ 3.279,00 em outubro de 2024, valor 1,8% maior que o observado em julho.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda na comparação com o mesmo período de 2023 foram registrados no Nordeste, entre os trabalhadores jovens adultos (entre 25 e 39 anos) e com ensino fundamental completo. Apenas trabalhadores com ensino fundamental ou médio incompletos apresentaram um fraco aumento na renda. O crescimento foi menor para os que habitam o Centro-Oeste e Norte, entre os jovens (14 a 24 anos) e em regiões metropolitanas.

Na abertura por vínculo de ocupação, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) revelam que, no terceiro trimestre de 2024, os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira apresentaram crescimento interanual da renda acima de 5% (5,1% e 6,5%, respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram um crescimento de 3,6%, mantendo taxas de crescimento mais lentas que as categorias informais desde o início de 2022. Os trabalhadores do setor público mostraram uma maior desaceleração do crescimento da renda, tendo seus rendimentos crescido 2,6% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Por setor, no terceiro trimestre de 2024, os piores desempenhos da renda habitual foram nos setores de educação e saúde, agricultura e serviços profissionais, com elevação interanual da renda habitual de 1,7%, 2,0% e 1,4%, respectivamente. Já os trabalhadores da construção se recuperaram da queda no trimestre anterior e obtiveram um crescimento da renda de 5,7%. O setor com maior crescimento da renda no terceiro trimestre de 2024 foi o de transporte, com 6,6%.

No terceiro trimestre de 2024, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 328,8 bilhões, 7,2% ou R\$ 22 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2023 e

0,7% maior que no trimestre anterior (R\$ 2,5 bilhões). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial média habitual foi de R\$ 332,6 bilhões, ou 7,7% maior na comparação interanual.

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. No terceiro trimestre de 2024, a proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 22,8%, valor 0,4 ponto percentual (p.p.) menor que o observado para o mesmo trimestre do ano anterior.

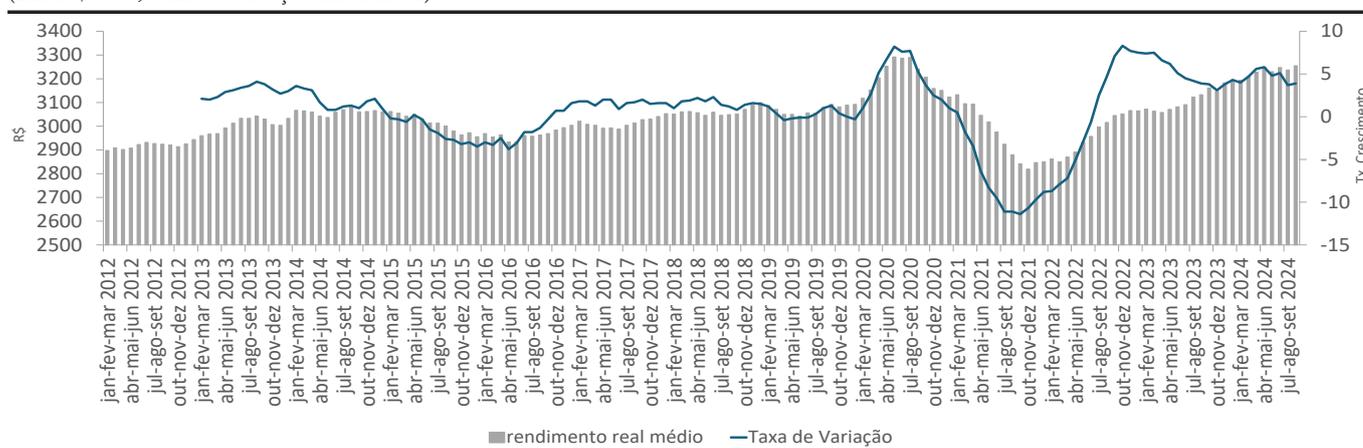
Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. No entanto, o primeiro trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou até terceiro trimestre daquele ano, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No terceiro trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar recuou até 0,517. Já o índice de Gini da renda individual retornou para 0,490, mesmo valor observado no primeiro trimestre de 2024.

1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do terceiro trimestre de 2024 apresentaram uma estabilidade em relação ao trimestre anterior, encerrando os contínuos aumentos da renda iniciados no segundo semestre de 2023. Como mostra o gráfico 1, 2022 foi um ano de recuperação da renda após a forte queda em 2021, tendo em vista as fortes taxas de crescimento da renda na comparação interanual. O primeiro semestre de 2023 mostrou uma renda média estável e, portanto, desaceleração das elevadas taxas de crescimento interanuais até então observadas. A partir do terceiro trimestre de 2023, a renda tornou a se elevar até atingir R\$ 3.250,00 no segundo trimestre de 2024 (em reais de setembro de 2024). No terceiro trimestre de 2024, a renda média alcançou R\$ 3.237,00, representando ainda um aumento interanual de 3,7%. No trimestre móvel terminado em outubro, a renda média voltou a subir para R\$ 3.255,00, ficando 3,9% acima do mesmo trimestre do ano anterior.

No terceiro trimestre de 2023, a renda média manteve-se acima da observada no mesmo trimestre de 2019 pela primeira vez desde a pandemia (0,6%). Já no terceiro trimestre de 2024 a renda média superou o mesmo trimestre de 2019 em 6,0%.

GRÁFICO 1
PNAD Contínua: rendimento habitual médio
 (Em R\$ e %, taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva real elaboradas na *Nota de Conjuntura* nº 10 sobre mercado de trabalho,¹ feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 2. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022, a estabilização do primeiro semestre e o aumento a partir do segundo semestre de 2023. Por certo, o rendimento habitual médio real alcançou o pico em abril de 2024 (R\$ 3.283,00), tendo recuado até R\$ 3.220,00 em julho de 2024, valor 2,1% menor. Nos últimos três meses houve novo crescimento da renda, tendo o valor médio alcançado R\$ 3.279,00 em outubro.

Como mostra também o gráfico 2, a renda efetiva média alcançou um novo pico em agosto de 2024 (R\$ 3.454,00), tendo recuado até R\$ 3.425,00 em outubro, uma queda de 0,8%.

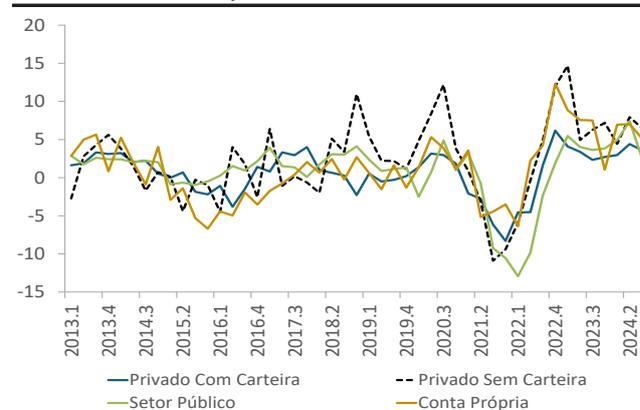
Na abertura por vínculo de ocupação, ilustrada no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que, no terceiro trimestre de 2024, os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira apresentaram crescimento interanual da renda acima de 5% (5,1% e 6,5%, respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram um crescimento de 3,6%, mantendo taxas de crescimento mais lentas que as categorias informais desde o início de 2022. Os trabalhadores do setor público mostraram uma maior desaceleração do crescimento da renda, tendo seus rendimentos crescido 2,6% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

GRÁFICO 2
PNAD Contínua: rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
 Obs.: Valores em reais de junho de 2024.

GRÁFICO 3
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo
 (Em %, taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 1, apresentam-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para o período de 2020 a 2023. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, sinalizando uma recuperação em relação aos níveis anteriores à pandemia. De modo contínuo, o desempenho da renda dos trabalhadores por conta própria manteve-se geralmente superior ao das demais posições, com a exceção do quarto trimestre de 2023. Entretanto, no terceiro trimestre de 2024, foram os empregados sem carteira aqueles que mostraram o maior crescimento interanual da renda efetiva, com um aumento de 8,5%, contra a elevação de 5,0% dos trabalhadores autônomos.

1. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_notas10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf.

Os empregados do setor privado com carteira assinada apresentaram um aumento interanual da renda efetiva no terceiro trimestre de 2024 de 4,2%, uma desaceleração em comparação ao trimestre anterior. Por fim, os empregados do setor público tiveram crescimento interanual de 2,8% da renda efetiva.

TABELA 1

PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, por tipo de vínculo

(Em %)

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria	Total
Painel A: Crescimento interanual da renda habitual					
2020.1	1,4	4,8	- 2,5	1,4	1
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	- 2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	- 2,8	- 3,1	- 0,8	- 5,2	- 6,4
2021.3	- 6,2	- 10,9	- 9,3	- 4,5	- 11,1
2021.4	- 8,3	- 9,4	- 10,5	- 3,5	- 10,7
2022.1	- 4,6	- 5,9	- 12,9	- 6,4	- 8,7
2022.2	- 4,5	- 0,4	- 9,8	2,2	- 5,1
2022.3	1,6	4,9	- 2,3	4,2	2,5
2022.4	6,2	12,0	1,9	12,3	8,3
2023.1	4,1	14,7	5,5	8,9	7,4
2023.2	3,4	4,9	4,0	7,5	6,2
2023.3	2,3	6,3	3,6	7,5	4,2
2023.4	2,7	7,2	3,8	1,0	3,1
2024.1	3,0	4,4	4,9	6,9	4,0
2024.2	4,4	7,9	7,4	7,0	5,8
2024.3	3,6	6,5	2,6	5,1	3,7
Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva					
2020.1	0,4	5,3	- 1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	- 2,0	0,1	- 16,6	- 1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	- 10,2	1,8
2020.4	- 1,3	1,5	- 0,4	- 5,9	- 1,1
2021.1	- 5,3	- 1,2	0,4	0,5	- 2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1
2021.3	- 3,2	- 4,0	- 7,3	8,6	- 6,1
2021.4	- 6,6	- 7,6	- 9,6	2,7	- 8,5
2022.1	- 1,9	- 4,5	- 10,9	- 2,8	- 6,2
2022.2	- 4,6	1,5	- 9,8	6,0	- 4
2022.3	1,1	4,9	- 3,0	5,4	2,5
2022.4	7,6	13,6	1,5	14,3	9,4
2023.1	4,5	16,0	4,4	8,1	7,1
2023.2	3,4	5,3	2,5	7,0	5,8
2023.3	2,7	7,5	3,8	9,0	4,8
2023.4	2,1	6,9	3,9	0,3	2,6
2024.1	2,2	4,4	4,8	8,6	4,2
2024.2	5,2	7,7	8,4	6,3	6,1
2024.3	4,2	8,5	2,8	5,0	4,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda habitual mostrou novamente maiores aumentos no Nordeste para o terceiro trimestre de 2024 (6,2%). As regiões Centro-Oeste e Norte mostraram maiores desacelerações do crescimento da renda, com alta de 1,9% e 1,7%, respectivamente. Por fim, a região Sul também registrou expressivo crescimento, tendo a renda habitual no terceiro trimestre de 2024 sido 5,5% maior em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O corte por gênero revela que os rendimentos habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram ao longo de 2023 um crescimento interanual maior que o masculino (no quarto trimestre de 2023, 4,2% contra 2,5% da renda habitual). No terceiro trimestre de 2024, o crescimento da renda foi novamente superior entre os homens (4,5% para homens e 2,5% para mulheres).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda foi melhor para os jovens adultos no terceiro trimestre de 2024, com crescimento da renda de 4,1% (faixa etária de 25 a 39 anos). Os trabalhadores mais jovens (14 a 24 anos) apresentaram o menor crescimento e, no trimestre mais recente, registraram aumento de 2,6% da renda habitual. Por sua vez, os trabalhadores adultos (entre 40 e 59 anos) e acima de 60 anos elevaram sua renda em relação ao terceiro trimestre de 2023 em 3,2% e 3,3%, respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino fundamental completo obtiveram crescimento da renda habitual acima de 5,0%. Trabalhadores com ensino médio incompleto apresentaram elevação da renda de apenas 2,2% no terceiro trimestre de 2024 na comparação interanual.

TABELA 2

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio habitual real, por dados desagregados (4º trim./2022-3º trim./2024)

(Em %)

	4º T/2022	1º T/2023	2º T/2023	3º T/2023	4º T/2023	1º T/2024	2º T/2024	3º T/2024
Centro-oeste	12,3	10,6	9,1	3,9	1,8	2,8	3,3	1,9
Nordeste	5,8	9,1	7,5	3,6	4,0	2,5	8,5	6,2
Norte	12,0	6,7	7,5	3,7	4,1	5,6	3,6	1,7
Sudeste	8,0	7,0	5,4	5,2	3,3	4,4	5,6	3,1
Sul	8,4	5,5	4,9	2,0	1,2	4,3	7,2	5,5
Masculino	9,4	7,3	5,7	4,0	2,5	4,0	6,2	4,5
Feminino	6,7	7,7	7,3	4,5	4,2	3,9	5,2	2,5
14 a 24 anos	9,0	6,2	6,8	5,5	2,6	1,9	3,6	2,6
25 a 39 anos	11,8	9,0	6,0	3,5	1,7	2,8	5,2	4,1
40 a 59 anos	5,4	6,5	5,8	4,3	4,1	5,0	5,7	3,2
60 anos ou mais	6,5	3,2	4,5	1,1	1,1	2,8	8,8	3,3
Não Chefe Família	10,6	7,6	6,3	4,6	3,7	4,0	5,8	4,3
Chefe Família	6,3	7,2	6,0	3,3	2,2	3,4	5,3	2,9
Fundamental incompleto	8,7	6,9	7,5	1,9	-0,1	0,4	1,1	2,5
Fundamental completo	6,1	3,0	4,5	0,4	-1,2	2,3	4,2	5,3
Médio incompleto	7,4	5,2	6,0	1,0	0,4	1,9	3,6	2,2
Médio completo	6,8	5,3	3,5	2,3	3,2	3,3	4,7	3,8
Superior	7,3	7,4	5,1	4,0	2,4	3,1	5,7	3,0
Região não metropolitana	7,2	4,9	4,5	1,6	3,1	5,3	7,5	6,1
Região Metropolitana	9,5	9,4	7,8	6,6	3,0	2,9	4,4	1,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual por setores de atividade. Seguindo o padrão observado durante a pandemia, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda nesses setores após a segunda metade de 2021, ou ao menos uma desaceleração da queda dos rendimentos.

Esse padrão permaneceu ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e recuperação mais lenta, com destaque para administração pública (quedas de 11,5% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e estagnação no terceiro trimestre) e educação e saúde (quedas de 11,9% e 5,2% da renda habitual no segundo e no terceiro trimestres de 2022, respectivamente), além da indústria (queda de 2,0% da renda no terceiro trimestre de 2022). No terceiro trimestre de 2024, menores aumentos da renda ocorreram nos setores de educação e saúde, agricultura e serviços profissionais, com elevação interanual da renda habitual de 1,7%, 2,0% e 1,4%, respectivamente. Já os trabalhadores da construção se recuperaram da queda no trimestre anterior e obtiveram um crescimento da renda de 5,7%. O setor com maior crescimento da renda no terceiro trimestre de 2024 foi o de transporte, com 6,6%.

Os valores da renda média habitual por setor de atividade são apresentados na tabela A.3 do apêndice A.

TABELA 3

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (4º trim./2021-3º trim./2024)

(Em %)

Painel A: Renda Habitual	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023	3º T - 2023	4º T - 2023	1º T - 2024	2º T - 2024	3º T - 2024
Agricultura	-5,6	1,7	2,2	12,6	13,5	6,5	7,0	-4,6	0,9	0,5	0,5	2,0
Indústria	-15,8	-7,0	-6,5	-2,0	6,2	4,0	4,6	6,1	5,7	7,4	8,3	4,1
Construção	-3,7	5,0	5,1	5,4	14,4	4,3	8,0	1,9	-3,8	0,8	-1,0	5,7
Comércio	-6,8	-2,4	1,4	8,4	7,4	7,4	7,5	2,5	5,9	4,4	4,9	5,1
Serviços profissionais	-8,7	-4,0	-4,7	3,3	10,0	7,7	5,4	3,7	0,6	0,9	2,1	1,4
Transporte	0,8	-1,5	5,8	3,9	8,6	6,0	1,1	1,1	-1,7	6,9	7,2	6,6
Serviços pessoais e coletivos	-5,0	-1,6	4,0	9,6	9,2	9,4	1,2	5,1	2,6	6,4	7,4	2,9
Adm. Pública	-13,9	-15,7	-11,3	0,0	1,8	6,4	4,4	3,6	4,6	4,9	8,9	3,8
Educação e Saúde	-11,2	-17,8	-11,9	-5,2	5,4	7,6	5,4	4,4	3,6	3,3	7,7	1,7
Alojamento e Alimentação	-3,3	-5,0	4,6	2,6	10,8	10,2	8,1	11,5	3,2	1,9	6,8	2,2
Painel B: Renda Efetiva	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023	3º T - 2023	4º T - 2023	1º T - 2024	2º T - 2024	3º T - 2024
Agricultura	-6,4	0,5	-5,3	12,7	16,1	6,7	8,1	-5,8	0,3	3,1	1,0	4,4
Indústria	-14,4	-6,1	-5,2	-1,5	8,7	4,7	3,5	6,8	5,2	7,5	11,2	5,5
Construção	-0,6	9,3	7,6	5,3	15,1	4,2	9,8	2,7	-3,6	2,8	-2,1	6,6
Comércio	-3,6	0,9	5,0	8,2	8,6	7,0	6,7	3,4	4,9	5,4	4,8	5,6
Serviços profissionais	-5,4	0,5	-3,7	3,6	11,2	7,6	5,8	4,4	-0,1	0,2	1,4	1,8
Transporte	4,9	3,0	8,0	2,3	10,3	4,5	0,7	2,8	-1,4	7,2	8,1	5,8
Serviços pessoais e coletivos	0,1	3,0	9,3	10,8	10,5	10,3	-0,3	6,6	2,4	5,1	6,9	2,5
Adm. Pública	-13,2	-14,8	-11,5	-0,6	1,5	6,4	3,1	4,2	5,3	5,5	9,8	4,7
Educação e Saúde	-8,6	-15,2	-11,1	-5,3	5,2	6,2	4,3	4,2	3,1	2,3	7,8	1,5
Alojamento e Alimentação	1,7	8,8	9,7	5,5	14,1	8,6	8,8	13,1	2,7	4,0	6,2	2,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

¹ Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

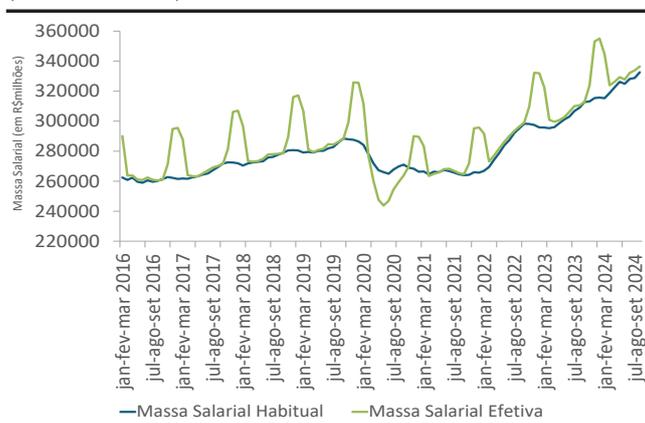
² Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte e recreação.

No contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentou queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou seu ritmo de queda, mostrando uma retração de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual teve quedas menos intensas, justamente em virtude da recuperação da população ocupada durante 2021. Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expres-

siva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. No terceiro trimestre de 2024, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 328,8 bilhões, 7,2% ou R\$ 22,0 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2023 e 0,7% maior que no trimestre anterior (R\$ 2,5 bilhões). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial média habitual foi de R\$ 332,6 bilhões, ou 7,7% maior na comparação interanual.

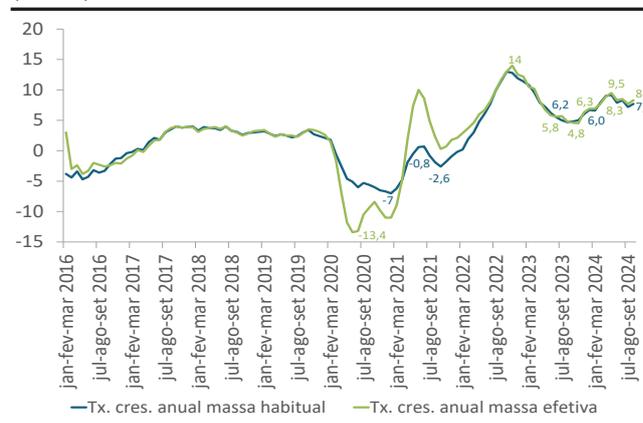
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022, houve um crescimento de 14,0% e, no terceiro trimestre de 2024, o crescimento interanual foi de 7,7%, alcançando a soma de R\$ 333,9 bilhões (R\$ 23,8 bilhões maior que no terceiro trimestre de 2023). No trimestre móvel terminado em outubro deste ano, a massa salarial mensal média efetiva foi de R\$ 336,4 bilhões, ou 8,3% maior na comparação interanual.

GRÁFICO 4
Massa salarial real habitual e efetiva
(Em R\$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores de junho de 2024.

GRÁFICO 5
Taxa de variação interanual da massa salarial real habitual e efetiva
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis, quando se levam em conta padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice B, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 4, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, mas também foram os domicílios que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021, com a retomada mais intensa das atividades. No terceiro trimestre de 2024, todas as faixas de renda domiciliares mostraram uma queda da renda habitual do trabalho domiciliar, exceto a de renda muito baixa, que cresceu 1,1%. Tal discrepância entre a renda domiciliar e as rendas habituais, já observadas em

trimestres anteriores, são explicadas por uma queda da média de pessoas ocupadas por domicílio observada entre o primeiro semestre de 2024 e o mesmo semestre do ano anterior.

TABELA 4

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda

(Em %, taxa de variação interanual)

Trimestre	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2017.1	-1,45	-1,03	-0,30	-0,63	-1,85	-4,09
2017.2	5,42	2,95	-0,43	-0,59	1,96	4,45
2017.3	7,29	2,93	-0,69	-0,10	2,02	8,04
2017.4	6,97	1,96	-0,85	-0,61	1,80	6,43
2018.1	5,88	2,63	-0,03	-0,76	1,64	6,59
2018.2	0,29	0,11	0,64	0,10	-2,31	0,87
2018.3	-1,52	-0,72	-0,26	-0,34	-3,25	1,88
2018.4	0,22	0,89	2,27	4,49	1,96	0,76
2019.1	0,80	0,98	2,59	4,83	2,42	3,38
2019.2	-1,45	-0,64	1,06	2,31	1,92	1,39
2019.3	-0,73	-0,25	2,08	3,77	2,73	-0,49
2019.4	-1,97	-1,79	-1,12	-1,86	-2,03	-0,94
2020.1	-2,39	0,45	0,61	-1,18	-1,48	-3,99
2020.2	16,35	8,03	5,10	3,45	2,74	-2,15
2020.3	11,09	5,87	3,26	2,79	2,68	0,26
2020.4	3,13	3,54	2,39	1,49	2,01	-6,27
2021.1	2,97	-1,04	-1,05	0,73	1,72	1,92
2021.2	-14,81	-8,30	-6,53	-6,17	-5,00	-6,90
2021.3	-10,99	-6,50	-5,46	-5,89	-2,13	-5,93
2021.4	-7,16	-5,47	-5,32	-4,30	-2,88	-2,03
2022.1	-5,99	-3,45	-4,01	-4,37	-2,20	-8,16
2022.2	-5,25	-4,54	-3,55	-3,65	-3,37	-0,16
2022.3	-4,34	-3,83	-3,56	-3,12	-4,25	-0,61
2022.4	-2,41	-2,67	-2,21	-2,97	-3,32	-1,16
2023.1	3,76	4,97	1,51	1,00	0,28	7,24
2023.2	5,00	6,21	1,16	2,11	2,94	7,83
2023.3	5,08	6,28	6,01	5,25	4,26	2,96
2023.4	5,19	6,93	5,59	5,47	5,01	4,61
2024.1	-0,74	-0,93	2,05	2,29	2,63	-2,08
2024.2	1,19	-0,65	3,32	2,93	2,43	-3,01
2024.3	1,12	-0,94	-1,79	-1,64	-1,5	-3,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho entre 2020 e 2024. O que mais chama atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Após isso, inicia-se uma tendência de retorno aos patamares imediatamente anteriores à pandemia, permanecendo em torno de 22,0% ao longo de 2022 e terminando 2023 em 23,0%. No primeiro trimestre de 2024, a proporção de domicílios sem renda do trabalho aumentou para 23,9%, tendo recuado para 22,8% no terceiro trimestre, valor 0,4 p.p. menor que o observado para o mesmo trimestre do ano anterior. Nesse trimestre, houve também uma queda da proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa (faixa 1) e elevação na proporção de domicílios de renda média (faixa 4).

TABELA 5

PNAD Contínua: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim./2020-3º trim./2024)

(Em %)

	Faixa de Renda						
	Sem renda	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2020.1	22,7	26,2	11,8	16,3	14,4	5,8	2,8
2020.2	28,7	28,4	11,2	14,3	11,1	4,3	2,0
2020.3	27,8	28,7	11,4	14,5	10,9	4,5	2,1
2020.4	25,2	28,0	12,6	14,9	12,1	4,9	2,3
2021.1	25,1	27,1	12,5	14,7	12,7	5,4	2,5
2021.2	24,2	29,3	12,8	14,6	12,0	4,9	2,1
2021.3	23,1	29,6	12,9	15,6	12,0	4,8	2,0
2021.4	22,2	29,0	13,2	16,0	12,8	4,9	1,9
2022.1	23,4	26,6	12,8	15,8	13,7	5,5	2,2
2022.2	22,1	28,4	13,3	16,3	13,0	4,9	2,0
2022.3	22,0	28,5	13,1	16,0	13,2	5,1	2,0
2022.4	22,0	26,1	12,8	16,5	14,5	5,8	2,4
2023.1	23,5	26,8	12,2	15,3	14,0	5,9	2,4
2023.2	23,3	28,2	12,5	15,7	13,3	5,1	1,9
2023.3	23,2	27,9	12,2	15,7	13,7	5,2	2,1
2023.4	23,0	26,8	12,0	15,8	14,5	5,6	2,3
2024.1	23,9	25,3	11,7	15,3	15,1	6,1	2,7
2024.2	23,3	26,6	11,9	16,3	14,1	5,6	2,3
2024.3	22,8	26,3	11,9	16,4	14,5	5,8	2,4

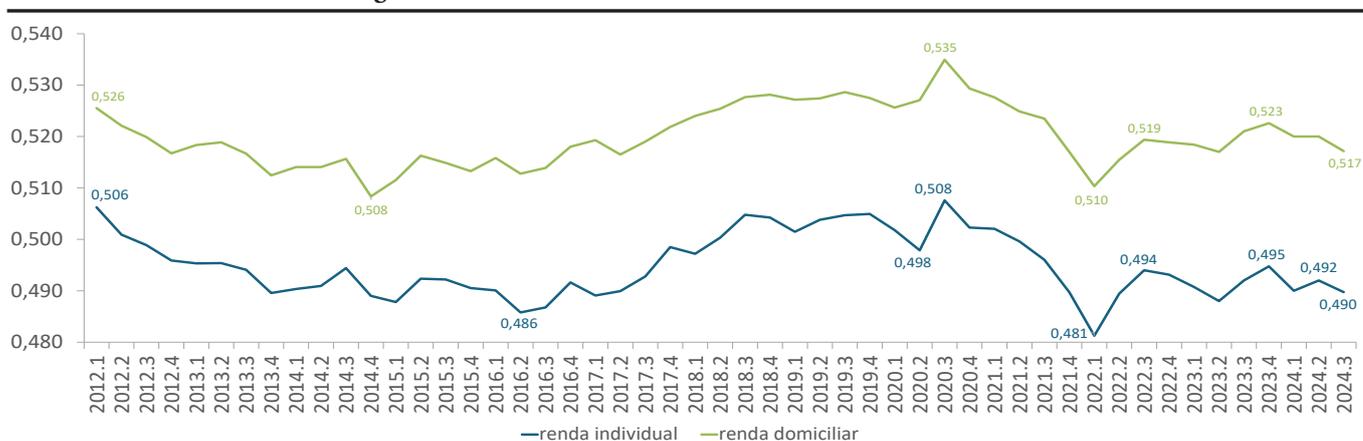
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486, no terceiro trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O terceiro trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No terceiro trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar recuou até 0,517. Já o índice de Gini da renda individual retornou para 0,490, mesmo valor observado no primeiro trimestre de 2024.

GRÁFICO 6

Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

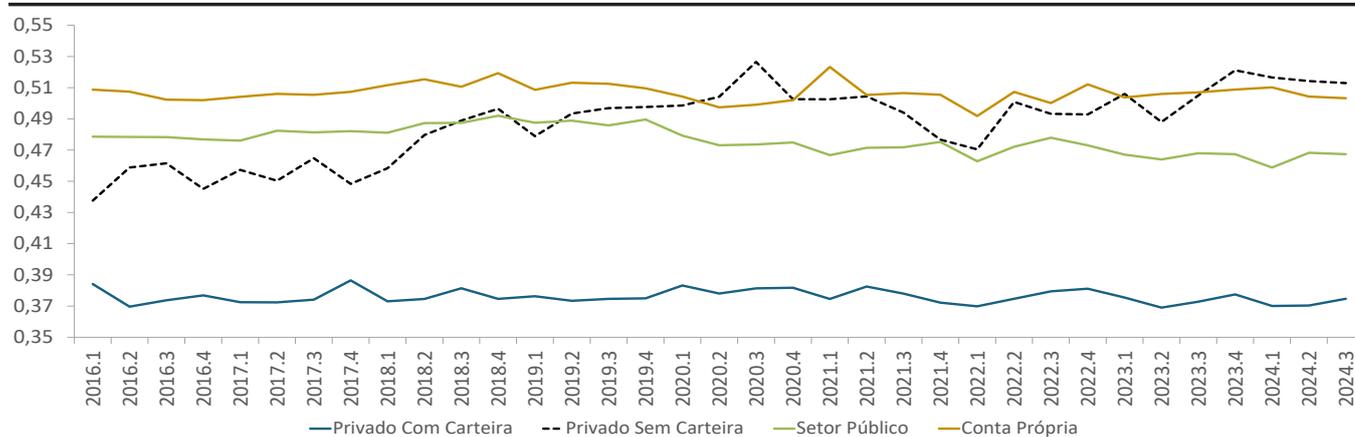
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados do gráfico 7, que mostram o índice de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira. De fato, o índice para esse grupo avançou de 0,504, no primeiro trimestre de 2020, para 0,526, no terceiro trimestre do mesmo ano, refletindo a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse segmento de permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Contudo, cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

No terceiro trimestre de 2024, foram os empregados do setor privado com carteira que mostraram um ligeiro aumento da desigualdade (de 0,370 para 0,375), enquanto os demais trabalhadores apresentaram uma queda da desigualdade. O destaque vai para os trabalhadores autônomos, que mostram uma queda da desigualdade de 0,510 para 0,503 entre o primeiro e o terceiro trimestres de 2024.

GRÁFICO 7

Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Considerações finais

Os dados dos rendimentos do trabalho do terceiro trimestre de 2024 apresentaram uma estabilidade em relação ao trimestre anterior, encerrando os contínuos aumentos da renda iniciados no segundo semestre de 2023. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 3,7%. Entretanto, estimativas mensais mostram novo crescimento do rendimento habitual médio real nos últimos três meses, tendo o valor médio alcançado R\$ 3.279,00 em outubro de 2024, valor 1,8% maior que o observado em julho.

Além disso, os trabalhadores sem carteira foram os que mais sustentaram o crescimento da renda, seguidos dos trabalhadores autônomos. Os dados do terceiro trimestre de 2024 reforçam uma menor intensidade do aumento da renda dos trabalhadores privados com carteira.

Por setor, no terceiro trimestre de 2024, os piores desempenhos da renda habitual foram nos setores de educação e saúde, agricultura e serviços profissionais, com elevação interanual da renda habitual de 1,7%, 2,0% e 1,4%, respectivamente. Já os trabalhadores da construção se recuperaram da queda no trimestre anterior e obtiveram um crescimento da renda de 5,7%. O setor com maior crescimento da renda no terceiro trimestre de 2024 foi o de transporte, com 6,6%.

Com a sustentação do aumento de pessoas ocupadas, a massa salarial continua a crescer em ritmo mais acelerado que a renda média. No terceiro trimestre de 2024, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 328,8 bilhões, isto é, 7,2% maior ou R\$ 22 bilhões a mais que no mesmo trimestre de 2023 e 0,7% maior que no trimestre anterior (R\$ 2,5 bilhões). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial média habitual foi de R\$ 332,6 bilhões, ou 7,7% maior na comparação interanual.

Por sua vez, no terceiro trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar recuou até 0,517. Já o índice de Gini da renda individual retornou para 0,490, mesmo valor observado no primeiro trimestre de 2024.

Apêndice A

TABELA A.1

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1125	1686	2113	3193	6057	15417
2012.2	1121	1716	2161	3376	6670	16348
2012.3	1120	1696	2150	3360	6583	16747
2012.4	1125	1684	2145	3357	6525	16545
2013.1	1133	1713	2172	3290	6234	16198
2013.2	1131	1730	2197	3388	6649	17171
2013.3	1148	1723	2203	3372	6572	16984
2013.4	1124	1712	2203	3371	6461	16231
2014.1	1207	1750	2308	3364	6478	16215
2014.2	1187	1742	2310	3421	6733	17090
2014.3	1183	1742	2295	3432	6651	17308
2014.4	1178	1735	2272	3435	6708	16791
2015.1	1189	1741	2271	3347	6447	16672
2015.2	1165	1690	2264	3476	6845	18086
2015.3	1158	1809	2213	3474	6847	17732
2015.4	1112	1760	2162	3310	6437	16796
2016.1	1131	1747	2177	3212	6026	15507
2016.2	1110	1762	2217	3465	6898	16952
2016.3	1109	1756	2227	3413	6815	16773
2016.4	1094	1753	2214	3367	6518	16615
2017.1	1119	1781	2190	3233	5928	15354
2017.2	1179	1754	2221	3474	7074	17685
2017.3	1180	1734	2213	3433	6990	17643
2017.4	1161	1721	2195	3340	6693	17663
2018.1	1170	1751	2187	3223	6094	15891
2018.2	1177	1779	2243	3478	7045	17823
2018.3	1151	1731	2207	3442	6842	18219
2018.4	1156	1722	2278	3480	6674	17805
2019.1	1175	1740	2266	3336	6156	16826
2019.2	1153	1724	2287	3500	6993	18433
2019.3	1150	1710	2279	3499	6919	18138
2019.4	1134	1702	2255	3394	6565	18167
2020.1	1152	1805	2229	3299	6092	16465
2020.2	1419	1939	2528	3842	7490	18731
2020.3	1322	1896	2493	3769	7526	19034
2020.4	1211	1871	2324	3546	6976	17563
2021.1	1202	1803	2258	3441	6478	16546
2021.2	1165	1787	2262	3533	7094	17357
2021.3	1142	1714	2211	3420	6929	17504
2021.4	1088	1651	2137	3319	6580	16747
2022.1	1131	1678	2143	3177	6161	15351
2022.2	1094	1656	2145	3339	6713	17037
2022.3	1104	1662	2142	3349	6755	17295
2022.4	1101	1658	2138	3287	6468	16465
2023.1	1189	1776	2090	3103	5964	16034
2023.2	1178	1793	2109	3283	6589	17677
2023.3	1179	1813	2267	3466	6881	17416
2023.4	1154	1819	2240	3389	6625	16717
2024.1	1187	1832	2238	3280	6271	15816
2024.2	1197	1874	2281	3488	6933	17617
2024.3	1196	1864	2267	3436	6814	17022

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

TABELA A.2

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda

(Em R\$)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1.347	2.712	4.136	6.985	13.413	33.262
2012.2	1.348	2.802	4.315	7.468	14.572	35.632
2012.3	1.335	2.766	4.273	7.448	14.485	36.540
2012.4	1.341	2.742	4.205	7.341	14.412	36.040
2013.1	1.347	2.714	4.149	7.085	13.621	34.386
2013.2	1.339	2.760	4.258	7.398	14.491	36.768
2013.3	1.348	2.742	4.241	7.342	14.431	36.183
2013.4	1.328	2.693	4.195	7.303	14.215	34.761
2014.1	1.412	2.788	4.277	7.400	14.320	34.737
2014.2	1.391	2.801	4.312	7.575	14.783	36.394
2014.3	1.393	2.791	4.299	7.544	14.669	36.327
2014.4	1.384	2.753	4.250	7.499	14.583	35.395
2015.1	1.378	2.697	4.161	7.217	13.819	34.621
2015.2	1.363	2.727	4.197	7.472	14.652	37.106
2015.3	1.359	2.800	4.310	7.421	14.506	36.272
2015.4	1.309	2.691	4.121	7.044	13.727	34.688
2016.1	1.311	2.615	3.988	6.713	12.762	32.305
2016.2	1.309	2.712	4.218	7.400	14.407	35.085
2016.3	1.289	2.693	4.213	7.279	14.231	33.838
2016.4	1.276	2.655	4.139	7.104	13.738	34.408
2017.1	1.292	2.588	3.976	6.671	12.526	30.983
2017.2	1.380	2.792	4.200	7.356	14.690	36.648
2017.3	1.383	2.772	4.184	7.272	14.519	36.560
2017.4	1.365	2.707	4.104	7.061	13.985	36.619
2018.1	1.368	2.656	3.975	6.620	12.732	33.026
2018.2	1.384	2.795	4.227	7.363	14.351	36.967
2018.3	1.362	2.752	4.173	7.247	14.047	37.246
2018.4	1.368	2.731	4.197	7.378	14.259	36.897
2019.1	1.379	2.682	4.078	6.940	13.040	34.142
2019.2	1.364	2.777	4.272	7.533	14.626	37.480
2019.3	1.352	2.745	4.260	7.520	14.430	37.065
2019.4	1.341	2.682	4.150	7.241	13.969	36.550
2020.1	1.346	2.694	4.103	6.858	12.847	32.781
2020.2	1.587	3.000	4.490	7.793	15.027	36.673
2020.3	1.502	2.906	4.399	7.730	14.817	37.160
2020.4	1.383	2.777	4.249	7.349	14.250	34.260
2021.1	1.386	2.666	4.060	6.908	13.068	33.410
2021.2	1.352	2.751	4.197	7.312	14.275	34.143
2021.3	1.337	2.717	4.159	7.275	14.501	34.958
2021.4	1.284	2.625	4.023	7.033	13.840	33.563
2022.1	1.303	2.574	3.897	6.606	12.780	30.684
2022.2	1.281	2.626	4.048	7.045	13.794	34.088
2022.3	1.279	2.613	4.011	7.048	13.884	34.745
2022.4	1.253	2.555	3.934	6.824	13.381	33.173
2023.1	1.352	2.702	3.956	6.672	12.816	32.905
2023.2	1.345	2.789	4.095	7.194	14.199	36.756
2023.3	1.344	2.777	4.252	7.418	14.476	35.773
2023.4	1.318	2.732	4.154	7.197	14.051	34.701
2024.1	1.342	2.677	4.037	6.825	13.153	32.219
2024.2	1.361	2.771	4.231	7.405	14.544	35.651
2024.3	1.359	2.751	4.176	7.296	14.259	34.352

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

TABELA A.3

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços profissionais
2012.1	1.587,5	2.972,6	2.364,9	2.563,4	4.197,2
2012.2	1.623,6	2.955,3	2.429,1	2.536,1	4.249,9
2012.3	1.641,5	2.952,7	2.493,9	2.578,7	4.239,3
2012.4	1.645,9	2.951,5	2.404,2	2.546,0	4.297,2
2013.1	1.663,3	2.958,7	2.471,9	2.569,9	4.417,4
2013.2	1.667,0	3.015,8	2.611,6	2.603,1	4.340,3
2013.3	1.706,3	3.027,8	2.615,8	2.626,0	4.407,6
2013.4	1.705,8	3.011,5	2.539,7	2.625,3	4.324,8
2014.1	1.745,3	3.124,5	2.618,6	2.612,5	4.426,2
2014.2	1.746,4	3.029,3	2.567,3	2.567,1	4.501,8
2014.3	1.751,4	3.134,5	2.488,6	2.584,5	4.424,2
2014.4	1.768,5	3.003,3	2.511,8	2.617,8	4.453,6
2015.1	1.780,6	3.117,7	2.478,9	2.614,7	4.424,2
2015.2	1.716,9	3.118,2	2.441,1	2.543,0	4.420,3
2015.3	1.694,9	3.068,8	2.436,5	2.520,4	4.294,4
2015.4	1.685,5	3.058,0	2.478,2	2.452,7	4.307,3
2016.1	1.620,1	3.033,6	2.464,3	2.462,6	4.482,0
2016.2	1.602,6	2.979,9	2.492,3	2.449,3	4.246,6
2016.3	1.671,4	3.029,2	2.395,9	2.480,2	4.330,1
2016.4	1.735,0	2.915,8	2.473,1	2.500,5	4.445,6
2017.1	1.750,0	3.019,7	2.399,2	2.507,2	4.539,3
2017.2	1.825,7	3.025,6	2.428,5	2.482,5	4.375,7
2017.3	1.817,5	3.052,2	2.396,7	2.482,3	4.497,1
2017.4	1.773,2	3.094,5	2.443,4	2.503,5	4.506,7
2018.1	1.781,0	3.135,3	2.421,5	2.456,8	4.534,8
2018.2	1.758,3	3.109,9	2.387,1	2.461,3	4.471,7
2018.3	1.786,3	3.126,5	2.387,8	2.482,8	4.455,4
2018.4	1.801,3	3.070,9	2.353,9	2.477,7	4.524,5
2019.1	1.827,6	3.135,1	2.337,6	2.514,5	4.462,3
2019.2	1.828,2	3.081,3	2.367,1	2.484,3	4.371,2
2019.3	1.767,7	3.067,4	2.435,9	2.497,5	4.403,9
2019.4	1.824,3	3.127,1	2.352,3	2.499,2	4.494,4
2020.1	1.876,2	3.209,1	2.408,7	2.549,5	4.493,6
2020.2	1.896,3	3.407,5	2.569,5	2.587,2	4.379,8
2020.3	1.903,4	3.466,4	2.415,2	2.636,5	4.709,5
2020.4	1.891,8	3.276,8	2.279,3	2.484,3	4.500,0
2021.1	1.851,1	3.055,1	2.211,0	2.448,8	4.354,1
2021.2	1.832,5	2.999,8	2.181,1	2.373,9	4.470,2
2021.3	1.840,3	2.968,7	2.214,5	2.318,7	4.276,7
2021.4	1.783,8	2.757,3	2.196,4	2.315,1	4.110,4
2022.1	1.882,3	2.841,0	2.322,0	2.391,0	4.182,4
2022.2	1.873,5	2.804,4	2.295,1	2.407,2	4.260,9
2022.3	2.072,3	2.908,9	2.333,6	2.514,5	4.417,3
2022.4	2.025,1	2.928,9	2.511,9	2.485,7	4.522,4
2023.1	2.005,9	2.953,7	2.421,1	2.567,0	4.504,9
2023.2	2.004,7	2.932,7	2.479,7	2.587,6	4.493,6
2023.3	1.976,6	3.088,2	2.377,5	2.576,9	4.582,7
2023.4	2.043,0	3.096,3	2.416,9	2.632,4	4.550,1
2024.1	2.016,0	3.170,9	2.440,8	2.680,3	4.547,0
2024.2	2.014,2	3.175,3	2.454,2	2.713,4	4.590,0
2024.3	2.016,4	3.213,5	2.514,0	2.708,4	4.648,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024

TABELA A.3 (Continuação)

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Transporte	Serviços pessoais e coletivos	Adm. Pública	Educação e Saúde	Alojamento e Alimentação
2012.1	3.105,0	2.394,4	4.973,2	3.964,5	2.198,5
2012.2	3.156,7	2.379,0	4.894,0	3.948,1	2.201,0
2012.3	3.063,3	2.293,6	4.879,3	4.046,5	2.119,5
2012.4	3.114,1	2.380,3	4.859,9	4.028,8	2.115,6
2013.1	3.054,4	2.367,5	4.987,8	4.108,3	2.211,9
2013.2	3.176,4	2.393,8	5.010,9	4.074,7	2.211,2
2013.3	3.257,2	2.515,5	5.019,2	4.191,9	2.292,4
2013.4	3.153,3	2.512,4	5.136,2	4.126,5	2.309,8
2014.1	3.222,6	2.494,4	5.224,4	4.149,0	2.333,6
2014.2	3.197,6	2.421,3	5.094,9	4.153,3	2.273,9
2014.3	3.214,1	2.516,6	5.008,5	4.266,3	2.295,5
2014.4	3.283,3	2.481,1	5.232,4	4.175,2	2.264,6
2015.1	3.178,3	2.459,0	5.156,4	4.286,6	2.180,3
2015.2	3.114,1	2.429,0	5.189,0	4.305,5	2.158,4
2015.3	3.111,2	2.448,5	5.237,2	4.215,4	2.206,9
2015.4	3.079,7	2.374,6	5.337,7	4.127,8	2.145,5
2016.1	3.045,9	2.275,9	5.335,8	4.174,1	2.100,8
2016.2	3.022,5	2.254,0	5.451,7	4.091,5	2.077,9
2016.3	3.035,2	2.310,0	5.350,3	4.107,5	2.050,7
2016.4	3.072,5	2.277,2	5.584,1	4.129,8	2.063,3
2017.1	2.948,1	2.373,0	5.708,3	4.193,5	2.066,4
2017.2	2.982,5	2.287,2	5.445,5	4.207,3	2.030,6
2017.3	2.913,0	2.276,6	5.418,0	4.225,4	2.019,4
2017.4	3.018,7	2.332,7	5.409,8	4.334,0	1.982,9
2018.1	3.005,9	2.323,4	5.572,2	4.389,0	2.070,3
2018.2	3.014,7	2.311,0	5.572,3	4.503,2	2.095,2
2018.3	2.973,1	2.281,2	5.558,0	4.440,8	2.046,2
2018.4	3.001,5	2.338,6	5.703,1	4.509,9	2.059,1
2019.1	2.999,4	2.365,4	5.908,8	4.470,4	1.955,5
2019.2	3.010,8	2.296,5	5.770,9	4.451,6	1.947,9
2019.3	2.957,3	2.311,5	5.791,4	4.463,7	1.997,7
2019.4	2.981,9	2.387,7	5.888,2	4.466,8	2.045,2
2020.1	2.971,9	2.398,1	5.799,0	4.402,7	2.004,4
2020.2	3.021,2	2.526,4	5.694,5	4.556,2	2.059,2
2020.3	2.863,7	2.327,7	5.930,1	4.659,5	1.979,9
2020.4	2.741,4	2.306,7	5.989,3	4.500,5	1.892,7
2021.1	2.755,2	2.285,7	5.992,1	4.742,6	2.024,4
2021.2	2.696,8	2.212,9	5.738,9	4.505,3	1.821,7
2021.3	2.784,9	2.189,1	5.257,9	4.299,0	1.859,0
2021.4	2.764,0	2.182,9	5.158,2	3.999,5	1.828,9
2022.1	2.713,4	2.229,3	5.054,1	3.898,2	1.926,9
2022.2	2.851,3	2.354,6	5.092,4	3.967,5	1.905,6
2022.3	2.891,8	2.380,4	5.256,6	4.075,8	1.907,1
2022.4	3.001,9	2.380,4	5.249,3	4.216,0	2.026,1
2023.1	2.875,1	2.474,6	5.376,6	4.192,3	2.124,1
2023.2	2.882,1	2.384,3	5.316,4	4.183,1	2.060,8
2023.3	2.928,8	2.501,6	5.444,0	4.254,9	2.127,0
2023.4	2.951,6	2.442,0	5.491,1	4.369,9	2.090,3
2024.1	3.074,3	2.632,8	5.639,0	4.329,1	2.164,6
2024.2	3.090,0	2.560,7	5.786,7	4.506,0	2.199,8
2024.3	3.122,3	2.574,3	5.651,9	4.328,0	2.174,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

Apêndice B

O quadro B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, com isso, obtêm-se as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O quadro B.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO B.1

Faixas de renda mensal domiciliar

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (jan./2009)	Renda domiciliar (maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Amanda Fernandes Tatagiba
Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
